



PREGÃO N° 009/2026 Regime Jurídico: Lei n° 14.133/2021			
Pregão n° 009/2026		Data de abertura: 06/03/2026	
Processo Administrativo: 0362/2026		Hora de abertura: às 14h00min (Horário de Brasília)	
Setor Demandante		Todos os Órgãos da Administração Municipal	
Data da Publicação do Edital: 23/02/2026			
Sítio: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/			
Tipo: MENOR PREÇO			
Modo de disputa: ABERTO			
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para Eventual, Futura e Parcelada Aquisição de Gás de Cozinha Liquefeito de Petróleo- GLP, engarrafado (P13) e a Granel para atender a demanda de todos o órgãos da Administração Municipal no exercício de 2026, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
SIM	* Não exigível	CONTRATO	POR ITEM
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	
NÃO	NÃO	SIM	
Prazo para envio da Proposta e Documentos de Habilitação: 06/03/2026 às 07:50h			
O prazo será encerrado com a Abertura da Sessão Pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta e documentação.			
Pedidos de Esclarecimentos: Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.		Impugnações: Até 03 dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.	
Observações Gerais: A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$0,01 (Um Centavo)			
CONSULTAS AO EDITAL			
Esclarecimentos: E-mail: palminopolislicita@outlook.com Telefone: 64 99332 5739			

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO TERMO DE REFERÊNCIA	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DOS RECURSOS	17
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

PREGÃO N° 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0362/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.178.573/0001-72, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial devidamente designado, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, nos termos do Processo Administrativo Protocolo nº 0362/2026, Lei 14.133/2021, Modo de Disputa: **ABERTO**, que fará realizar na modalidade **PREGÃO**, do tipo, **MENOR PREÇO**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS**, para **Eventual, Futura e Parcelada Aquisição de Gás de Cozinha Liquefeito de Petróleo- GLP, engarrafado (P13) e a Granel para atender a demanda de todos o órgãos da Administração Municipal no exercício de 2026**, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. **Fim do cadastramento das propostas 06/03/2026 às 07hrs50min. Início da sessão pública no dia 06/03/2026 às 08hs00min.** O edital e o recebimento da proposta estarão disponíveis a partir de 23/02/2026, na Sede Administrativa do Município e ou através do site www.palminopolis.go.gov.br ou <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. **Informações:** Setor de Licitações - Prefeitura Municipal. Fone: (64) 99332 5739 e-mail: palminopolislicita@outlook.com.

1. DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS, para **Eventual, Futura e Parcelada Aquisição de Gás de Cozinha Liquefeito de Petróleo- GLP, engarrafado (P13) e a Granel para atender a demanda de todos o órgãos da Administração Municipal no exercício de 2026**, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, que acompanha o Edital.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 A licitante melhor classificada deve encaminhar sua proposta observando o quantitativo mínimo dos materiais e dos serviços descritos, sob pena de desclassificação do certame.

1.4 Os valores unitários devem ser menores que os estipulados nesta licitação, sob pena de desclassificação do certame.

1.5 No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. As especificações técnicas, quantidade, quantitativo e demais descrições, estão descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente

ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para este certame, a participação não é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. aquele que haver no quadro societário da empresa identificada acima cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos agentes ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do Município de Palminópolis situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em razão da justificativa a seguir: nos termos do artigo 15, da Lei n. 14.133/2021 a natureza comum e simples desta licitação, o que não requer formação de



grupos de empresas para atender o escopo licitado. Ademais, as regras definidas no edital são comuns ao objeto de mercado e não há qualquer restrição à competitividade. Por fim, os custos administrativos e a execução do objeto podem inviabilizar o sucesso desta licitação e do contrato, já que a figura do consórcio é formada por diversas empresas que aumentariam sobremaneira o trabalho da contratante.

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, ou em forma de declaração conforme modelos em anexo, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Palminópolis

Prefeitura Municipal de Palminópolis

Pregão Eletrônico - 009/2026

Resultado da Homologação

0002 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL - gás a granel - Valor Referência: 9,34

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CLEIRY KARLLA ROSA SANTOS	6,47	14.234,00	Homologado em 11/03/2026 07:46:16 Por: FRANC HELVIS VAZ

FRANC HELVIS VAZ

Autoridade Competente





DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0023/SEJURI/2026

SAP 00141231/2025

1– UNIDADE INTERESSADA

Gerência de Apoio Operacional - GEAPO.

2 – OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás liquefeito de petróleo á granel com cessão em regime de comodato dos recipientes (P-190), para atender às necessidades do Presídio Regional de Videira.

2.1 - Especificação do Objeto

Item	Código	Descrição Completa	Unidade de Medida	Quantidade
01	002330002	GAS GLP A GRANEL PRESÍDIO REGIONAL DE VIDEIRA - Rodovia SC 303, Linha Scussiato, Interior, Videira/SC, CEP: 89560-000 (Destinação Banho)	Kg	22.000

3 – FORNECEDOR

SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA. – CNPJ 07.139.878/0001-5, CNPJ 19.791.896/0129-66, endereço ROD BR 470 s/n – KM 248 – Curitiba/SC, telefone (21) 969891793, e-mail licitações@supergasbras.com.br.

4 - FORMA DE CONTRATAÇÃO

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contratante se reserva o direito de rescindir o contrato antes do término da vigência estabelecida nesta cláusula, desde que comunique à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo à contratada nada mais além do que os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão, ficando afastado assim qualquer direito a indenização em decorrência da extinção antecipada da avença.

5 - FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA

A Dispensa Licitação fundamenta-se no Artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;



6 – DO VALOR

O valor total da contratação é de **R\$ 128.920,00** (cento e vinte e oito mil novecentos e vinte reais), conforme Instrução de Pesquisa de Preços e documentos anexos às fls. 0188-0192.

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação serão custeadas pelas fontes orçamentárias descritas no formulário “pré-empenho”, anexado pela Gerência de Planejamento e Orçamento, de págs. 0047:

Unidade	Subação	Natureza	Fonte
540096	14875	33.90.30.04	1.753.111.037

8 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação consta no Termo de Referência, oriundo da Gerência de Apoio Operacional (pág. 0104), conforme segue:

a) Necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP a granel P-190) com cessão em regime de comodato dos recipientes (P-190) pelo período de 12 (doze) meses para atender o sistema de aquecimento de água para banho, diante da iminente inauguração de 02 (duas) novas galerias, que vão gerar 144 novas vagas do Presídio Regional de Videira. A criação das 144 novas vagas tem a finalidade de mitigar o déficit atualmente existente na Região Serrana (SR05), estimada em 968 (novecentas e sessenta e oito) vagas. b) Diante da impossibilidade da realização de Aditivo Contratual junto aos contratos vigentes firmados por esta Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social – SEJUR, da inexistência de Ata de Registro de Preço em vigor realizada por outro órgão para o fornecimento do respectivo produto, que possibilitaria a adesão e da ausência de tempo hábil para a instauração e regular tramitação de processo licitatório, a contratação deve se dar pela modalidade de Dispensa de Licitação ante a emergencialidade que o caso requer. c) A definição da estimativa dos quantitativos necessários foi realizada pela Unidade solicitante conforme capacidade de alocação e com base em outras unidades que possuem o mesmo sistema. d) Espera-se suprir a necessidade do abastecimento evitando a possível interrupção ou atraso da inauguração pretendida. e) Presídio Regional de Videira.

9 - RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A razão consta no Despacho DIAF 103.2026 (pág. 0208/0209):

“[...]A justificativa para contratação direta fundamenta-se na impossibilidade de aditamento contratual aos contratos vigentes firmados pela Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social – SEJURI, na inexistência de Ata de Registro de Preços vigente que possibilite adesão e na ausência de tempo hábil para a realização de procedimento licitatório regular, conforme informando pela Gerência de Apoio Operacional – GEAPO, por meio do Ofício n.º 018/2026/GEAPO/SEJURI (fls. 0009-0010): Considerando que a criação das 144 novas vagas tem a finalidade de mitigar o déficit atualmente existente na Região Serrana (SR05), estimada em 968 (novecentas e sessenta e oito) vagas. Considerando a impossibilidade da realização de Aditivo Contratual junto aos contratos vigentes firmados por esta Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social – SEJURI. Considerando a inexistência de Ata de Registro de Preço em vigor realizada por outro órgão para o fornecimento do respectivo produto, que possibilitaria a adesão. Considerando que não há tempo hábil para a instauração e regular tramitação de processo



licitatório, uma vez que os prazos legais exigidos inviabilizam a adoção dessa modalidade, vez que a situação apresentada possui caráter emergencial. Diante disso, solicita-se autorização para a realização de contratação por dispensa de licitação, nos termos da legislação vigente, em razão da emergencialidade devidamente caracterizada da demanda em questão. Diante desse cenário, resta caracterizada a situação emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo a dispensa de licitação a medida mais adequada, proporcional e tempestiva para o atendimento da necessidade imediata, mitigação de riscos e preservação do interesse público.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A pesquisa de preços foi realizada por meio de consulta direta a fornecedores, especificamente empresas distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, devidamente autorizadas para o exercício da atividade, considerando que este é o único segmento apto a fornecer o objeto nas condições técnicas exigidas, incluindo o fornecimento contínuo de gás a granel e a cessão de recipientes P-190 em regime de comodato, conforme documentos de fls. 0191. Consolidação da Pesquisa de Preço IN 09/2024:

“A metodologia adotada mostra-se adequada à natureza emergencial da contratação, uma vez que possibilitou a obtenção de preços atuais, exequíveis e compatíveis com o mercado, sem comprometer a celeridade exigida pela situação concreta. Não foram identificados preços inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, sendo que o valor selecionado corresponde ao menor preço apresentado, compatível com os demais orçamentos coletados, não havendo necessidade de exclusão de propostas.”

11 - PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico nº. 213/26/NUAJ/SEJURI da Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado pela possibilidade jurídico-formal da contratação (págs. 143/158).

12 - AUTORIZAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

Determinação de realização de Dispensa Licitação por meio do Despacho nº 0103/2026, de 25/02/2026 (págs. 208-209), do Diretor de Administração e Finanças/ Ordenador de Despesas Primário, ratificado pela Secretária de Estado de Justiça e Reintegração Social e Aprovação do Grupo Gestor de Governo por meio da Aprovação 3432/2026 (pág. 239/240).

13 – DA PUBLICAÇÃO

A Dispensa de Licitação será publicada em sítio eletrônico oficial, na forma da Lei, correndo às expensas da Contratante.

Florianópolis, na data da assinatura digital.

[Documento assinado digitalmente]

ANTÔNIO JOSÉ LINHARES

Diretor de Administração e Finanças – SEJURI

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 023/SEJURI/2026 e os documentos que a instruem, constantes no processo SAP 00141231/2025.

[Documento assinado digitalmente]

DANIELLE AMORIM SILVA

Secretária de Estado de Justiça e Reintegração Social



Assinaturas do documento



Código para verificação: **IV0709OE**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO JOSÉ LINHARES (CPF: 542.XXX.479-XX) em 09/03/2026 às 11:57:24

Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/08/2023 - 13:11:07 e válido até 29/08/2123 - 13:11:07.

(Assinatura do sistema)



DANIELLE AMORIM SILVA (CPF: 033.XXX.649-XX) em 09/03/2026 às 13:48:55

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:36:02 e válido até 13/07/2118 - 13:36:02.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FQXzlwMTQwXzAwMTQxMjMxXzE0MTc4M18yMDI1X0lWMDcwOU9F> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAP 00141231/2025** e o código **IV0709OE** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Documento assinado digitalmente

LETICIA CASSETARI SAIDY

Data: 09/03/2026 14:47:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 23/2026



Última atualização 09/03/2026

Local: Florianópolis/SC **Órgão:** FUNDO PENITENCIARIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FUPESC

Unidade compradora: 106 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP



[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)



[Entrar](#)

Fonte: Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina

Objeto:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de gás liquefeito de petróleo á granel com cessão em regime de comodato dos recipientes (P-190), para atender às necessidades do Presídio Regional de Videira. GAS GLP A GRANEL PRESÍDIO REGIONAL DE VIDEIRA - Rodovia SC 303, Linha Scussiato, Interior, Videira/SC, CEP: 89560-000 (Destinação Banho) Unidade de Medida quilos Quantidade 22.000 - vinte e dois mil.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 128,920,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 128,920,00

[Itens](#)

[Arquivos](#)

[Contratos/Empenhos](#)

[Histórico](#)

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	GAS GLP GAS GLP - Tipo: carga de gás CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO Á GRANEL com cessão em regime de comodato dos recipientes (P-190), para atender às necessidades do Presidio Regional de Videira. GAS GLP A GRANEL PRESÍDIO REGIONAL DE VIDEIRA - Rodovia SC 303, Linha Scussiato, Interior, Videira/SC, CEP: 89560-000 (Destinação Banho)	22000	R\$ 5,86

Exibir:

5

1-1 de 1 itens

Página:

1



[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 00128

O Hospital de Guarnição de Florianópolis, com sede na Rua Silva Jardim, 441 – Centro, na cidade de Florianópolis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.587.107/0001-52, neste ato representado pelo Senhora ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER; Ordenadora de Despesas, nomeada pela Portaria de Pessoal do Comandante do Exército nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no DOU nº 109 de 12 de junho de 2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90018/2025**, publicado no DOU nº 136 de 22 de julho de 2025, processo administrativo n.º **64589.003991/2025-68**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de gás de cozinha - GLP**, especificado nos itens 01, 02 e 03 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação do Pregão nº 90018/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ 03.237.583/0071-70 – COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S A RUA HANNES DITER SCHMIDT, S/N - SALA A, ÁREA INDUSTRIAL - DISTRITO INDUSTRIAL CEP 88.104-770. São José – SC. Fone: (11) 96598-1484. elisangela.peres@copaenergia.com.br Representante Legal: EDUARDO DOS SANTOS BUENO e ADRIANO SILVEIRA DE AVILA							
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unid.	Quantid.	Valor Un	Valor Total
do							
TR							
01	Gás GLP a granel, com fornecimento em regime de comodato de 05 (cinco) tanques com capacidade de 190 quilos, incluindo instalação, equipamentos e peças necessárias, garantindo o perfeito funcionamento. Ainda deverá prestar eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva no material que estiver sob regime de comodato.	COPA GÁS	GRANEL	KG	14.250	6,30	89.775,00
02	Gás GLP envasado em botijões com capacidade de 45 kg.	COPA GÁS	P45	UND	356	288,00	102.528,00
03	Gás GLP envasado em botijões com capacidade de 13 kg.	COPA GÁS	P13	UND	43	110,00	4.730,00

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS (UASG 160445)

3.2 Além do órgão gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do Registro de preços.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
01	63º BATALHÃO DE INFANTARIA	Kg	14250
02	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	Und	90
	63º BATALHÃO DE INFANTARIA		50
	14ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA		216
03	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	Und	1
	63º BATALHÃO DE INFANTARIA		30
	14ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA		12

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante

aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

- 4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.2.
- 4.9 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.2, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou 9.4.3

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).


10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.


Florianópolis – SC, na data de sua assinatura.

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO DOS SANTOS BUENO**
Data: 28/08/2025 07:40:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO DOS SANTOS BUENO

Representante Legal

Assinaturas

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANO SILVEIRA DE AVILA**
Data: 28/08/2025 17:12:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADRIANO SILVEIRA DE AVILA

Representante Legal



ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER - Cel
Ordenadora de despesas

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Chapecó
Prefeitura Municipal de Chapecó
Registro de Preços Eletrônico - 062/2025

Resultado da Homologação

0001 - 201508 - GAS À GRANEL Gás a granel, GLP (gás liquefeito de petróleo) que deverá ser entregue semanalmente ou de acordo com a necessidade do local, nas dependências do Restaurante Popular Bandeirão Centro (Rua Marechal Floriano Peixoto, 60 O - Centro). A empresa fornecedora deverá: Manter em seus quadros ou por intermédio de terceiros devidamente habilitados, serviços de assistência técnica 24h, para prestação de serviços emergenciais na central e rede de gás; Fornecer os 05 tanques B-190 em regime de comodato, os quais deverão possuir medidores de nível, para fácil visualização do estoque de gás, sendo que tal comodato terá vigência vinculada à utilização do gás (enquanto durar o gás); Disponibilizar em caráter emergencial, de peças e acessórios para central e redes de gás, tais como: reguladores de pressão, mangueiras, manômetros, tubulações e registros de fechamento rápido. As centrais de gás com tanques B-190, objeto do comodato deverão possuir: - Tubo coletor (tredolet), que deverá ser de aço schedule - (SCH 80) - Ø 1", e deverá possuir 04 (quatro) meia luvas para instalação dos pig tail, 01 (uma) válvula esférica Ø1" e 01 (um) tampão 300LBS Ø1"; Ligação dos botijões com a central, que deverá ser feita com pig tail de cobre maleável Ø 3/8" (quatro unidades), com válvula de retenção individual a cada botijão; - Caixa conjunto controle de manobra com dimensões de 30x60cm, dotada de manômetro com pressão de 0,00 a 7,00kgf/cm², regulador 1º estágio com vazão 40kg/h - pressão máxima 1,5kgf/cm², válvula esférica tripartida Ø ¾", te plugado com red para Ø ½". A caixa controle de manobra deverá possuir vidros com indicações "EM CASO DE INCÊNDIO QUEBRE O VIDRO E FECHÉ O REGISTRO" - em letras na cor amarela; 03 (três) unidades extintoras PQS - 4 kg; 3,00 de tubulação DIN 2440 Ø 1.1/2"; Placas de segurança. - granel - Valor Referência: 10,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMPANHIA ULTRAGAZ S A	5,23	78,450,00	Homologado em 21/03/2025 15:50:31 Por: VALTER LUCIANO HUNNING

0002 - 201509 - GAS À GRANEL Gás a granel, GLP (gás liquefeito de petróleo) que deverá ser entregue semanalmente ou de acordo com a necessidade do local, nas dependências da Cidade do Idoso (AV. Senador Atílio Fontana, S/N - Parque da Efapi). A empresa fornecedora deverá: Fornecer os 02 tanques B-190 em regime de comodato, os quais deverão possuir medidores de nível, para fácil visualização do estoque de gás, sendo que tal comodato terá vigência vinculada à utilização do gás (enquanto durar o gás); Disponibilizar em caráter emergencial, de peças e acessórios para central e redes de gás, tais como: reguladores de pressão, mangueiras, manômetros, tubulações e registros de fechamento rápido. As centrais de gás com tanques B-190, objeto do comodato deverão possuir: - Tubo coletor (tredolet), que deverá ser de aço schedule - (SCH 80) - Ø 1", e deverá possuir 04 (quatro) meia luvas para instalação dos pig tail, 01 (uma) válvula esférica Ø1" e 01 (um) tampão 300LBS Ø1"; Ligação dos botijões com a central, que deverá ser feita com pig tail de cobre maleável Ø 3/8" (quatro unidades), com válvula de retenção individual a cada botijão; Caixa conjunto controle de manobra com dimensões de 30x60cm, dotada de manômetro com pressão de 0,00 a 7,00kgf/cm², regulador 1º estágio com vazão 40kg/h - pressão máxima 1,5kgf/cm², válvula esférica tripartida Ø ¾", te plugado com red para Ø ½". A caixa controle de manobra deverá possuir vidros com indicações "EM CASO DE INCÊNDIO QUEBRE O VIDRO E FECHÉ O REGISTRO" - em letras na cor amarela; 03 (três)



**unidades extintoras PQS - 4 kg; 3,00 de tubulação DIN 2440
Ø 1.1/2"; Placas de segurança. - granel - Valor Referência: 10,59**

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMPANHIA ULTRAGAZ S A	5,23	52.300,00	Homologado em 21/03/2025 15:50:31 Por: VALTER LUCIANO HUNNING

0003 - 201510 - GAS À GRANEL Gás a granel, GLP (gás liquefeito de petróleo) que deverá ser entregue semanalmente ou de acordo com a necessidade do local, nas dependências da Cozinha Comunitária (AV. Senador Atilio Fontana, S/N – Parque da Efapi). A empresa fornecedora deverá: Manter em seus quadros ou por intermédio de terceiros devidamente habilitados, serviços de assistência técnica 24h, para prestação de serviços emergenciais na central e rede de gás; Fornecer os 04 tanques B-190 em regime de comodato, os quais deverão possuir medidores de nível, para fácil visualização do estoque de gás, sendo que tal comodato terá vigência vinculada à utilização do gás (enquanto durar o gás); Disponibilizar em caráter emergencial, de peças e acessórios para central e redes de gás, tais como: reguladores de pressão, mangueiras, manômetros, tubulações e registros de fechamento rápido. As centrais de gás com tanques B-190, objeto do comodato deverão possuir: - Tubo coletor (tredolet), que deverá ser de aço schedule – (SCH 80) - Ø 1", e deverá possuir 04 (quatro) meia luvas para instalação dos pig tail, 01 (uma) válvula esférica Ø1" e 01 (um) tampão 300LBS Ø1"; Ligação dos botijões com a central, que deverá ser feita com pig tail de cobre maleável Ø 3/8" (quatro unidades), com válvula de retenção individual a cada botijão; Caixa conjunto controle de manobra com dimensões de 30x60cm, dotada de manômetro com pressão de 0,00 a 7,00kgf/cm², regulador 1º estágio com vazão 40kg/h - pressão máxima 1,5kgf/cm², válvula esférica tripartida Ø ¾", te plugado com red para Ø ½". A caixa controle de manobra deverá possuir vidros com indicações "EM CASO DE INCÊNDIO QUEBRE O VIDRO E FECHÉ O REGISTRO" - em letras na cor amarela; · 03 (três) unidades extintoras PQS - 4 kg; 3,00 de tubulação DIN 2440 Ø 1.1/2"; Placas de segurança. - granel - Valor Referência: 10,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMPANHIA ULTRAGAZ S A	5,23	7.845,00	Homologado em 21/03/2025 15:50:31 Por: VALTER LUCIANO HUNNING

VALTER LUCIANO HUNNING

Autoridade Competente

